



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

THIAGO KORAP MUNDURUKU

**DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE:
Análises de professores da EMEF “Waró Orebu” na Aldeia Biriba,
Município de Jacareacanga-PA.**

ITAITUBA - PARÁ
2023

THIAGO KORAP MUNDURUKU

**DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE:
Análises de professores da EMEF “Waro Orebu” na Aldeia Biriba,
Município de Jacareacanga-PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Itaituba para
obtenção do título de Licenciado Pleno em
Pedagogia.
Orientadora Prof.^aEdilane da Silva Melo,
Esp.

ITAITUBA - PARÁ
2023

THIAGO KORAP MUNDURUKU

**DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE:
Análises de professores da EMEF “Waró Orebu” na Aldeia Biriba,
Município de Jacareacanga-PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Itaituba para
obtenção do título de Licenciado Pleno em
Pedagogia.
Orientadora Prof.^a Edilane da Silva Melo,
Esp.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof.^a. Edilane da Silva Melo, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____
Prof.^a Margaret Ferreira de Aguiar, Esp.

Avaliador: _____ Nota: _____
Prof. Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Resultado: _____ Média: _____

Data: 08 de Abril de 2023

Dedico a finalização deste trabalho a Deus, que sempre me ajudou nas horas mais difíceis, que nos criou e foi criativo nesta tarefa, seu fôlego de vida em mim, me sustentou e me deu coragem para questionar realidades, e propor sempre um novo mundo de possibilidades. Como não poderia ser de outra forma, também dedico esse trabalho a mim mesmo, por todo esforço que eu fiz para concluir esse curso.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me abençoado durante os quatro anos e me conduziu a caminhar até onde cheguei.

A minha família, o meu pai, minha mãe, meus filhos, minha esposa, por fazer parte da minha luta, fico grato por todos que contribuíram e me apoiaram nos momentos difíceis, sabemos que não é nada fácil enfrentar os obstáculos da vida acadêmica, é preciso ter fé, garra, e muita coragem.

Com muito orgulho agradeço também a toda equipe da faculdade de Itaituba – FAI, que sempre me receberam com humildade, tenho orgulho dessa Instituição, com certeza nunca vou esquecer os bons momentos que tive durante os quatro anos, vou sentir muita falta de todos, sabemos que não podemos ficar para sempre, mais fico contente por saber que essa faculdade me transformou em uma outra pessoa, sendo aquele cidadão que sofreu mais que saiu com uma vitória de capacidade e superação.

Em nome do Reitor da Faculdade o senhor **Abel**, agradeço a todos os profissionais da educação, que foram meus professores (a)**Mara, Antoniel, Dhemesbraene, Antônia Vanda, Edilane Melo, Lúcia Maria, Elines, Elina**, e ao coordenador do curso de pedagogia o excelentíssimo Professor Doutor **Francisco Cláudio** dedico a cada um de vocês que Deus dê muita paz, saúde, sucesso, sou grato a todos os corpos docente desta Faculdade, que sempre transmitiram seu saber com muito profissionalismo.

Eu agradeço também a minha humilde professora e orientadora, **Edilane da Silva Melo**, dedico a você que jeová dê muita saúde e sucesso em sua profissão. Estou feliz por confiar em mim e que sempre buscou estratégias para me ajudar, se não fosse a senhora com certeza a dificuldade seria maior, mais mesmo assim com todo sacrificio conseguimos concluir este trabalho, com todo respeito peço desculpas por alguns momentos de decepção, fico grato por você ser guerreira e ter contribuído um pouco do seu conhecimento para mim, saiba que tudo que você me transmitiu será arquivada na minha memória.

Também agradeço a todos os meus colegas de curso, pela oportunidade do convívio e pela cooperação mútua durante estes anos, principalmente os parentes indígenas, **Elimar, Walter, Edilson, Jose Lindoso**, e entre outros, que caminharam junto comigo em busca de um só objetivo que tantos queremos ter; conhecimento,

amigos se torna a principal base de continuidade em buscar, a realização de um sonho, por isso a amizade é uma arma importante, porque ela motiva e nos une, sempre com ponto positivo na hora do aperto.

A todos, o meu muito obrigado!

“Ensinar não é transferir Conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Waró Orebu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-PA, ocorreu através da necessidade de investigar os desafios da alfabetização na educação escolar bilíngue. Quanto ao procedimento metodológico trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa abordada através de questionários aplicados a quatro (04) professores nos meses de outubro e novembro de 2022. A importância do professor indígena na escola é destacada como a interlocução na construção do diálogo intercultural com a sociedade envolvente e os conhecimentos universais, como também na manutenção dos conhecimentos e modos próprios de organização do seu povo. Os alunos indígenas falam a língua materna e sua alfabetização depende de aulas bilíngues, visto que precisam aprender tanto a escrita e leituras em português quanto na língua de sua etnia, o que aponta para um grande desafio, tanto para o professor indígena, quanto ao não indígena. De acordo com as problemáticas apontadas e com os resultados da pesquisa, foi necessário sugerir algumas alternativas que contribuíssem para os desafios evidenciados da alfabetização de alunos indígenas na educação escolar bilíngue.

Palavras-Chave: Bilinguismo, Alfabetização, Educação- Bilíngue.

ABSTRACT

The present work of Completion of Course developed at the Municipal School of Elementary Education "WaroOrebu" in Aldeia Biriba, Municipality of Jacareacanga-PA. occurred through the need to investigate the challenges of literacy in bilingual school education. As for the methodological procedure, it is a qualitative bibliographical research approached through questionnaires applied to four (04) teachers in the months of October and November 2022. The importance of the indigenous teacher in the school is highlighted as the interlocution in the construction of the dialogue intercultural relationship with the surrounding society and universal knowledge, as well as maintaining the knowledge and ways of organizing its people. Indigenous students speak their mother tongue and their literacy depends on bilingual classes, since they need to learn both writing and reading in Portuguese and in the language of their ethnic group, which points to a great challenge, both for the indigenous teacher and for not indigenous. According to the problems pointed out and the results of the research, it was necessary to suggest some alternatives that would contribute to the evident challenges of literacy for indigenous students in bilingual school education.

Keywords: Bilingualism, Literacy, Education- Bilingual.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01:	Escola Municipal de Ensino Fundamental “WARU BERU”	40
IMAGEM 02:	Fundador da Escola Sr Eduardo WaroMunduruku.....	41

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	O que é Bilinguismo?.....	43
QUADRO 02:	Qual a importância da Educação Bilíngue?.....	44
QUADRO 03:	De que forma a educação bilíngue deve ser transmitida aos alunos indígenas?.....	45
QUADRO 04:	Quais as principais características da educação bilíngue?.....	46
QUADRO 05:	O que falta para a escola bilíngue ser implementada na sua região?.....	47
QUADRO 06:	Como fazer a alfabetização bilíngue dos alunos indígenas?.....	47
QUADRO 07:	Quais as maiores dificuldades da educação bilíngue?.....	49
QUADRO 08:	Quais as possíveis vantagens e desvantagens do bilinguismo para o ensino, aprendizagem dos alunos indígenas?.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL.....	15
1.1 ABORDAGENS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA DESDE O PERÍODO DA EDUCAÇÃO COLONIAL.....	15
1.2 CONCEPÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	18
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	21
FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS.....	23
2 FORMAÇÃO BILÍNGUE PARA OS DOCENTES EM ESCOLA INDÍGENA.....	28
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO BILINGÜISMO NA EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	28
2.2 BILINGÜISMO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	31
2.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO BILÍNGUE NAS ESCOLAS INDÍGENAS.....	33
2.4 DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO BILÍNGUE PARA ALUNOS INDÍGENAS.....	37
3 DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE: ANÁLISES DE PROFESSORES DA EMEF “WARO OREBU” NA ALDEIA BIRIBA, MUNICÍPIO DE JACAREACANGA-PA.....	40
3.1 CARACTERIZAÇÕES DA ESCOLA.....	40
3.2 METODOLOGIA ADOTADA.....	42
3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS.....	42
3.4 ANÁLISE DA PESQUISA.....	43
3.5 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO.....	50
CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
ANEXO.....	57

INTRODUÇÃO

A temática abordada neste trabalho de conclusão de curso visa identificar as dificuldades e desafios encontrados na alfabetização bilíngue de alunos indígenas de acordo com as análises de professores da Escola “WaroOrebu” Aldeia Biriba, Municipal de Jacareacanga –PA.

A educação escolar indígena é diferenciada, e fundamental nas aldeias para atendimento dos alunos que frequentavam os diferentes níveis de ensino, como a educação Infantil e Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 9º ano. Nessas escolas, contam com professores indígenas e não indígenas encaminhados pelas secretárias de educação. Por meio das escolas, o ensino da temática indígena designa o estudo de aspectos culturais nas salas de aulas, onde é realizada sobre tudo pelos professores indígenas e não indígenas.

Quanto ao procedimento metodológico trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa abordada através de questionários aplicados a quatro (04) professores nos meses de outubro e novembro de 2022. A pesquisa bibliográfica se trata de informações e visões de estudiosos, pesquisadores e documentos de leis educacionais tais como: MACENA (2007), MAHER (2006), SÁNCHEZ (2006), CALHÁU (2006).

Afim de melhor encaminhar este estudo foram levantadas as seguintes questões: De que forma as escolas indígenas podem oferecer a educação bilíngue para as crianças? Quais os desafios do professor indígena no ensino infantil bilíngue? Quais as contribuições da alfabetização bilíngue na educação indígena?

Justifica-se, portanto, a relevância desse estudo, visto que o mesmo busca compreender as visões de professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental WaroOrebu na Aldeia Biriba no Município de Jacareacanga, o qual evidenciará os desafios da alfabetização na Educação Bilingue, uma vez que ensinar a língua materna Indígena e a Língua Portuguesa aos alunos é desafiador.

De acordo com as problemáticas apontadas e com os resultados da pesquisa, foi necessário sugerir algumas alternativas que contribuíssem para os desafios evidenciados da alfabetização de alunos indígenas na educação escolar bilíngue.

Este trabalho de conclusão de curso está dividido da seguinte forma: O Primeiro capítulo contextualiza a Histórica da educação indígena no Brasil com abordagem histórica da educação indígena desde o período da educação colonial

ênfatizando as concepções acerca da educação indígena evidenciando as políticas públicas na educação indígena e as formações de professores indígenas.

O segundo capítulo menciona a formação bilíngue para os docentes em escola indígena evidenciando os antecedentes históricos do bilinguismo na educação indígena com abordagens no bilinguismo e na formação de professores suas práticas pedagógicas do ensino bilíngue nas escolas indígenas e os desafios da alfabetização bilíngue para alunos indígenas.

E por fim o terceiro capítulo retrata os desafios da alfabetização na educação bilíngue com análises na caracterização da escola mencionando os procedimentos metodológicos, os perfis do entrevistado, análise da pesquisa e as possíveis contribuições nas propostas de intervenções.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL

1.1 ABORDAGENS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA DESDE O PERÍODO DA EDUCAÇÃO COLONIAL.

A história da Educação Escolar Indígena está ligada desde a chegada dos europeus no Brasil, na qual houve uma longa trajetória que deu início a partir dos primórdios da colonização.

Desde o Brasil Colônia até o Brasil Império algumas considerações devem ser resgatadas para servir de pano de fundo para uma reflexão sobre a educação escolar indígena. A partir de 1549, a escola para índios começa a se estruturar em um modelo integracionista, cujos responsáveis pela educação eram os missionários religiosos da Companhia de Jesus.

De acordo com Macena (2007) entre os objetivos principais da educação indígena estava à conversão dos nativos à fé cristã e a implantação de uma educação formal nas bases ocidentais e valores universalizantes. Somando-se a doutrina cristã e os ensinamentos humanísticos clássicos, a pedagogia jesuítica pautava-se na tríade: intelectualidade, religião e civilidade.

Compreende-se que com o passar do tempo, os jesuítas perceberam quão difícil era a tarefa de converter e ensinar diante de tanta diversidade lingüística e cultural. Na tentativa de facilitar o processo, uma língua geral foi criada, pelos missionários jesuítas, buscando integrar diversas línguas em um único idioma.

Em 1755, o Estado português decide intervir para regularizar a situação dos indígenas no território brasileiro, decretando o alvará de 07 de junho de 1755 ou Diretório dos Índios, o que promoveu o fim do exercício da pedagogia jesuítica. Outro fato relevante foi a proibição do uso das línguas indígenas, considerando que o melhor artifício para conquistar e dominar outros povos seria a implantação do idioma da nação dominadora (MACENA, 2007, p.59).

Na lógica instituída a partir do Diretório dos Índios, o indígena deixa de ser visto na perspectiva teológica, passando a ser reconhecido numa lógica racionalizante. Nessa perspectiva eles deveriam ser inseridos na lógica econômica e social, contribuindo no processo de construção de um comércio interno, quer seja de produção ou consumo, porém como coadjuvantes. Nesse instante abriu-se uma brecha para que o Estado possa intensificar a escravização.

De acordo com o autor supracitado acima, no ano de 1845 houve a definição do Regulamento das Missões (Decreto 426, de 24 de julho) pondo fim às atividades do Diretório dos Índios. Diversas ordens religiosas católicas, a exemplo dos salesianos e os capuchinhos montaram suas escolas nas aldeias, porém com menos autonomia que os jesuítas. A nova estrutura sócio-educacional na comunidade trouxe algumas mudanças, como a substituição dos aspectos das cosmologias indígenas pela moral católica e o poder de decisão de lideranças tradicionais foi esvaziado. Esse novo cenário traz uma política de desorganização na maneira como o índio concebia a si mesmo e ao mundo.

O indígena passou a ser visto como um parente indesejado na família, ou seja, um problema que não podia ser ignorado, mas que não merecia atenção específica. Restava ao Estado agir guiando, punindo e aconselhando os indígenas para que ao menos aprendessem a se comportar e não se colocassem como empecilho aos projetos imperiais.

O Estado, no período imperial e no início do século XX dividiu com as ordens religiosas, mais uma vez a responsabilidade da educação formal dos índios, associada ao ensino dos ofícios. Essa política desenvolvia-se a partir da visão da escola como instrumento de desenvolvimento humano capaz de viabilizar a integração do indígena na sociedade como um todo, quer seja de mercado de trabalho ou social (SECAD/MEC, 2007).

No tocante as décadas da república o estado desenvolveu uma política indigenista que tinha como objetivo principal desconstruir a imagem que o país possuía no cenário, que era a de defensor de políticas de extermínio dos povos indígenas, originadas por disputas agrárias.

No ano de 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), baseado nos ideais positivistas do início do século, sua principal função era de pacificar os povos em luta contra segmentos da sociedade nacional, através de uma política integracionista laica, a qual acreditava que a humanidade passaria por um processo evolutivo, do qual a civilização ocidental representava o estágio mais avançado. O índio era considerado uma categoria transitória, que necessitava integrar-se as regras sociais dominantes ou correria o risco de ser extinto. A intenção era transformá-los em pequenos produtores rurais a partir da ideia de auto sustentação.

Para Santos (2004) O Estado através do SPI assumia a proteção e a tutela dos indígenas. Cabe mencionar que o Estado promoveu o desaparecimento dos

contingentes indígenas, através da sua incorporação à sociedade dominante. A educação escolar, nesse período, dá menor ênfase ao ensino religioso, porém compensado com outros conhecimentos como higiene, saneamento, estudos sociais, aritmética, marcenaria, mecânica, costura, práticas agrícolas para os meninos e práticas domésticas para as meninas. Neste período, alegou-se uma preocupação com a diversidade lingüística e cultural, mas o investimento na educação bilíngue não se mostrava como prioridade.

[...] O SIL, cujo objetivo principal era converter povos indígenas à religião protestante, [...] por intermédio da leitura de textos bíblicos, passa a atuar de uma forma que se confunde com a do Estado e, em alguns casos, assume para si a obrigação estatal de tutela desses povos (SILVA e FERREIRA, 2001, p. 77).

De acordo com os autores, a finalidade principal era transformar os nativos indígenas através da religião, na qual os indígenas iriam aprender através dos textos bíblicos saberiam se portar diante da sociedade. no final da década de 60 é extinto o SPI, sendo criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967, que desejava instituir uma política indigenista aceita internacionalmente. O ensino bilíngue foi eleito como forma de respeito aos povos indígenas. Na época do SPI, não havia programas educacionais bilíngues, pois eram escassos os conhecimentos lingüísticos referentes às várias línguas indígenas, então a partir de 1970 esta instituição estabelece convênios com o Summer Institute of Linguistics (SIL4). Visando o desenvolvimento de pesquisas para o registro de línguas indígenas, bem como a identificação de sistemas de sons, elaboração de alfabetos e análise das estruturas gramaticais.

A Fundação Nacional do Índio tenta regulamentar diretrizes que reconhecem que os idiomas indígenas devem ser aproveitados em um sentido amplo, educacional e cultural. Rodrigues (1981) destaca a Portaria nº. 75 de julho de 1972, pela qual a FUNAI baixou normas para a educação dos grupos indígenas, reconhecendo que os idiomas indígenas devem ser aproveitados em todos os sentidos nos programas de educação e divulgação cultural, estabelecendo que a educação dos grupos indígenas seja sempre bilíngue.

1.2 CONCEPÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA.

Ao longo de sua história, as sociedades indígenas vêm elaborando complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural. O resultado são valores, concepções, práticas e conhecimentos científicos e filosóficos próprios, elaborados em condições únicas e transmitidos e enriquecidos a cada geração.

Observar, experimentar, estabelecer relações de causalidade, formular princípios, definir métodos adequados, são alguns dos mecanismos que possibilitaram a esses povos a produção de ricos acervos de informações e reflexões sobre a natureza, sobre a vida social e sobre os mistérios da existência humana. Aos processos educativos próprios das sociedades indígenas veio somar-se a experiência escolar, com as várias formas e modalidades que assumiu ao longo da história de contato entre índios e não-índios no Brasil.

A escola assumiu diferentes facetas ao longo da história num movimento que vai da imposição de modelos educacionais aos povos indígenas, através da dominação, da negação de identidades, da integração e da homogeneização cultural, a modelos educacionais reivindicados pelos índios, dentro de paradigmas de pluralismo cultural e de respeito e valorização de identidades étnicas. É preciso reconhecer que, no Brasil, do século XVI até praticamente a metade deste século, a oferta de programas de educação escolar às comunidades indígenas esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional.

Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios, do ensino catequético ao ensino bilíngüe, a tônica foi uma só: negar a diferença, assimilar os índios, fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que eram. Neste processo, a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades e culturas diferenciadas. Testemunhos históricos da educação indígena são encontrados desde os primórdios da colonização do Brasil, destacando-se, a partir de 1549, a ação e os trabalhos dos missionários jesuítas, trabalhos e atividades, tanto missionárias, quanto educacionais que se estenderam até o ano de 1759.

A educação indígena na perspectiva de vários historiadores, afirmam que a história da educação brasileira se iniciou desde a chegada dos primeiros Jesuítas

em 1549, sob o comando do Padre Manoel de Nóbrega. Ao afirmar isso, é perceptível o esquecimento que os primeiros moradores que aqui viviam eram (os índios), também educavam suas crianças de modo espontâneo e integral, mas ainda não se sabe muito sobre essa educação dada aos nativos nessa época, entretanto, sabemos que ela se dava por toda a vida, isto é, mesmo depois de adultos os índios continuavam a ser educados, eles viviam em pequenas comunas, ou seja, comunidades que viviam numa economia natural e de subsistência.

Não havendo, em geral, distinção de Classes sociais, não havia dominação de uns sobre os outros e, conseqüentemente, não havia aprendizado da superioridade de alguém sobre a inferioridade ou subordinação dos outros. Não havia competição nem concorrência, mas predominava a colaboração mútua. Nos períodos de abundância todos se beneficiavam e gozavam da fartura. Nos períodos de escassez todos sofriam as conseqüências por igual (SÁNCHEZ, 2016, p. 48).

De acordo com o autor, a educação não era dividida por classes ou gênero, pelo contrário, todos tinham acesso a ela, a única diferença estava na distribuição do que aprendiam, por ser uma sociedade coletiva, unida por laços de sangue, composta por indivíduos livres em que todos tinham direitos iguais e viviam sobre a base da propriedade comum da terra. Como exemplo cita-se que a menina acompanhava a mãe nas tarefas próprias à mulher e os meninos acompanhavam os homens nas tarefas próprias aos homens.

Os índios aprendiam pela força da tradição, de forma espontânea e não programada, até que tudo mudou com a influência dos ensinamentos jesuíticos em sua cultura fazendo com que estes, mesmo sem perceber, perdessem parte de seus costumes. “Nesse sentido, o colonizador apaga um tanto da memória discursiva indígena e instituem outra com novas marcas e paradigmas, uma vez que é dinâmica e flexível” (CALHÁU, 2010, p. 33).

Segundo Maher (2006), a educação escolar indígena pode ser encaixada em dois paradigmas: o Assimilacionista e o Emancipatório. O primeiro predominou até fim da década de 1970 e o segundo teve início a partir das lutas das organizações indígenas do final da década de 70.

No Paradigma Assimilacionista o objetivo pedagógico principal era educar o índio para que ele deixasse de ser índio, abdicando de sua língua, suas crenças, seus padrões culturais e incorporasse os valores e comportamentos da sociedade nacional. Inicialmente, tentaram-se atingir tais objetivos através das

orientações fornecidas pelo Modelo Assimilacionista de Submersão, nele, as crianças eram retiradas de suas aldeias e colocadas em internatos para aprenderem o português. O índio era visto como um animal que precisava, urgentemente, segundo o projeto de construção da Nação Brasileira, ser civilizado, humanizado. Desrespeitoso e extremamente violento para com a criança indígena, este modelo se revelou, ineficiente.

A mudança de paradigma na concepção da educação escolar destinada às sociedades indígenas foi introduzida pela Constituição de 1988, quando a educação deixou de ter o caráter integracionista preconizado pelo Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) e assumiu o princípio do reconhecimento da diversidade sócio-cultural e lingüística e de sua manutenção. Isto levou a uma alteração de responsabilidades na condução da oferta de programas educacionais indígenas.

Com o Decreto 26/91, retirou-se a incumbência exclusiva da Fundação Nacional do Índio em conduzir processos de educação escolar junto às sociedades indígenas e atribuiu-se ao Ministério da Educação e do Desporto a coordenação das ações, bem como sua execução aos estados e municípios.

Como consequência desse decreto e da Portaria Ministerial 559/91, foram criados, no MEC, a Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas e o Comitê de Educação Escolar Indígena, assessor dessa instância, interinstitucional e com representação dos professores índios.

O trabalho do MEC pauta-se, desde então, pelo princípio do reconhecimento da diversidade sociocultural e lingüística das sociedades indígenas e de sua manutenção. Reconhecendo a necessidade de se definirem os parâmetros para a atuação das diversas agências, o referido Comitê elaborou, apoiado em várias experiências inovadoras, na sua maioria, fruto de trabalhos alternativos de organizações da sociedade civil, as "Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena"(1993). Este documento, que representa um marco para a educação escolar indígena no Brasil, estabelece os princípios para a prática pedagógica em contexto de diversidade cultural.

A proposta de uma escola indígena diferenciada representa uma grande novidade no sistema educacional do País e exigem das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que estas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema oficial quanto respeitados em suas particularidades.

Hoje, o Brasil, assim como outros países latino-americanos, reconhece que é constituído pela presença de grupos étnicos diversificados entre si, que têm direito à manutenção de suas especificidades culturais, históricas e linguísticas. Pesquisas recentes indicam que existem hoje entre 290.000 e 330.000 índios em terras indígenas, constituindo cerca de 210 grupos distintos, falantes de mais de 170 línguas diferentes. Não há informações sobre os índios urbanizados, embora muitos deles preservem suas línguas e tradições. A política desenvolvida pelo MEC visa assegurar aos povos indígenas uma escola de qualidade, que respeite suas especificidades culturais e que garanta sua participação plena nos projetos de futuro do País.

Em suma, a educação indígena pede reflexões sobre alternativas que possam acelerar o seu processo de desenvolvimento sob os princípios da interculturalidade e do bilinguismo ou multilinguismo para resolver impasses que se colocam quanto à descontinuidade da ação dos sistemas de ensino, a dificuldade de se estabelecer um diálogo intercultural, ouvindo e compreendendo as perspectivas indígenas, problemas de gestão que colocam as escolas indígenas em situação de vulnerabilidade por não terem acesso aos insumos básicos para seu funcionamento, como alimentação e material didático, falta de transparência na aplicação dos recursos públicos.

1.3 POLITICAS PUBLICAS NA EDUCAÇÃO INDÍGENA.

Inúmeras políticas públicas foram implementadas no sentido de garantir aos indígenas uma escola de qualidade, com respeito e valorização a sua língua, a sua cultura e a todas as necessidades e especificidades, inclusive com o incentivo à formação de professores nativos segundo as exigências nacionais da educação do país. Impulsionados pelo objetivo de compreender, analisar e até verificar a dualidade entre a educação indígena e a efetivação das políticas públicas nas escolas, em especial aquelas localizadas nas aldeias, os pesquisadores têm se debruçado em estudar essa temática.

A constituição Federal de 1988 representa um avanço, em termos de políticas públicas, em relação ao estatuto do índio de 1973 que dizia que a educação do índio seria orientada a integrá-lo, progressivamente, à comunhão nacional. Uma das

razões possíveis para desenhar tal cenário deve-se aos movimentos sociais, caracterizados.

Conforme Catafesto (2004) enfatiza-se os movimentos nacionalistas e étnicos que tiveram influência significativa na elaboração da Constituição, dada a emergência de minorias no contexto da sociedade globalizada.

Com essa Constituição passa-se então a reconhecer a diferença cultural, através da defesa em prol do respeito a valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, bem como se admitindo que as comunidades indígenas deveriam receber ensino em suas línguas maternas, respeitando também seus processos de aprendizagem. Além disso, é constitucional o exercício dos direitos culturais, a proteção de culturas populares, dentre as quais a dos povos indígenas, e a fixação de datas comemorativas para lembrar os segmentos étnicos do país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96 defende uma educação bilíngüe e intercultural dos povos indígenas, oferecida com apoio técnico e financeiro da União aos sistemas de ensino, com programas integrados de ensino e pesquisa. Nesse sentido, os programas contariam com a participação dos grupos, com os objetivos de fortalecer práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade, mantendo a formação especializada dos profissionais que atuem na educação indígena e desenvolvendo currículos e programas específicos, bem como material didático.

No entanto, ocorre que o próprio Plano Nacional de Educação, feito a partir da LDB, admite que com a transferência da responsabilidade dos assuntos educacionais indígenas da FUNAI para o MEC em 1996, ficando a execução desses a cargo de Estados e Municípios, tornou-se bastante complexa a visualização da distribuição de responsabilidades entre a União e essas instancias político-administrativas.

Outrora Azevedo (2005) enfatiza que consequentemente tem-se um cenário que dificulta, conforme o PNE, a “implementação de uma política nacional que assegure a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngüe às comunidades indígenas”. Seguindo este raciocínio, o documento sugere então que seja do estado a responsabilidade legal pela educação escolar indígena, sendo que este poderá delegar responsabilidades a seus municípios. Nesse sentido, caberia então ao Ministério da Educação, o apoio financeiro, além da publicação, em

parceria com os estados, de material didático e pedagógico específicos para os grupos indígenas, elaborados por professores indígenas e colaboradores.

O Plano Nacional de Educação também prevê a universalização do ensino de séries iniciais e o aumento gradativo da oferta de atendimento educacional das séries finais do ensino fundamental dentro da modalidade de educação indígena. Além disso, reforça a necessidade de se oferecer uma educação diferenciada, intercultural, bilíngüe e que respeite os modos de vida e as visões de mundo das sociedades indígenas.

Conforme mencionado pelo Ministério da Educação os objetivos relacionados com a formação de professores indígenas na “escola indígena”, já defendida na Resolução CEB Nº 3, de 10 de novembro de 1999, o investimento em infra-estrutura das escolas, transporte escolar, merenda e outras adaptações de programas de financiamentos já existentes pelo MEC. Além disso, previa em dois anos a criação nas secretarias estaduais de educação, setores responsáveis pela educação indígena.

Para Luciano (2013, p. 131), a escola enfatiza que todos da sociedade que desejassem alcançar a civilização, o progresso e o desenvolvimento teriam de considerá-la como o único caminho possível. Nesse aspecto, os conhecimentos indígenas necessitam ganhar lugar de destaque na sociedade e principalmente na escola e no campo acadêmico pela importância estratégica e vital que representam para os povos marginalizados, detentores destes conhecimentos humanos.

1.4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDIGENAS

Ao mencionar a educação escolar indígena, enfatiza-se à importância da formação dos professores indígenas em sua região, afinal eles são os detentores dos saberes tradicionais da cultura e da língua indígena sendo necessários na escola para fazer dela um espaço intercultural e bilíngüe.

Para que a educação escolar indígena seja realmente específica, diferenciada e adequada às peculiaridades culturais das comunidades indígenas é necessário que os profissionais que atuam nas escolas pertençam às sociedades envolvidas no processo escolar. É consenso que a clientela educacional indígena seja a melhor atendida através de professores índios, que deverão ter acesso a cursos de

formação inicial e continuada, especialmente planejados para a cursarem o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Embora não haja nenhum levantamento exaustivo, estima-se que mais de 2000 professores índios estejam atualmente trabalhando em escolas localizadas no interior das terras indígenas. Em quase sua totalidade, estes professores não passaram pela formação convencional em magistério: dominam conhecimentos próprios da sua cultura e tem precário conhecimento da língua portuguesa e das demais áreas dos conteúdos considerados escolares.

Em função disto, é fundamental a elaboração de programas diferenciados de formação inicial e continuada de professores índios, visando sua titulação. E esta formação deve ocorrer em serviço e concomitantemente à sua própria escolarização, uma vez que boa parte dos docentes indígena não possui a formação completa no ensino fundamental.

Segundo Maher (2006, p. 23), “esse é o profissional mais adequado para levar a fio o projeto político pedagógico de sua comunidade”. Ainda segundo a autora.

A percepção da importância de que a escolarização formal de alunos indígenas fosse conduzida pelos próprios índios começou a se instalar, no Brasil, somente a partir da década de 70, época em que os primeiros Programas de Formação de Professores Indígenas foram implementados por organizações não-governamentais. Esses poucos programas pioneiros, no entanto, fizeram escola e rapidamente começaram a surgir, em todas as regiões do país, mais e mais programas de formação para o Magistério Indígena. Durante a década de 80 e 90, um conjunto de medidas legais fez com que as questões que envolvem a Educação Escolar Indígena passassem a fazer parte do rol de responsabilidades do Estado e, hoje, vários dos Programas de Formação de Professores Indígenas são geridos por secretarias estaduais de educação. A maior parte desses programas se desenvolve no âmbito do ensino médio, embora já existam iniciativas visando a uma formação específica em nível superior (MAHER, 2006, p.24).

Segundo a autora, diante das necessidades de formação está na pauta de discussões dos movimentos indígenas, considerando a sua relevância para a melhoria da qualidade de ensino nas escolas indígenas através de programas pioneiros que envolvem a formação acadêmica. Formar índios para serem professores e gestores das mais de 1.400 escolas, localizadas em terras indígenas, apresenta-se como um dos principais desafios e prioridades para a consolidação de uma Educação Escolar Indígena pautada pelos princípios da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade

Tendo como base o diagnóstico realizado nas Terras Indígenas do Paraná, segundo Grupione, (2003), foram iniciadas discussões sobre a criação de cursos em nível médio e na modalidade normal específicos para indígenas. As propostas foram produzidas considerando as necessidades levantadas, encaminhadas para apreciação da Superintendência de Educação da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e posteriormente avaliadas e aprovadas por professores Kaingang durante um Curso de Atualização, em Bocaiúva do Sul/PR.

Essa formação deve levar em conta o fato de que o professor índio se constitui num novo ator nas comunidades indígenas e terá que lidar com vários desafios e tensões que surgem com a introdução do ensino escolar. Assim, sua formação deverá propiciar-lhe instrumentos para que possa se tornar um agente ativo na transformação da escola num espaço verdadeiro para o exercício da interculturalidade.

A formação do professor índio pressupõe a observância de um currículo diferenciado que lhe permita atender às novas diretrizes para a escola indígena, devendo contemplar aspectos específicos, tais como:

- Capacitação para a elaboração de currículos e programas de ensino específicos para as "Escolas Indígenas";
- Capacitação para produzir material didático-científico;
- Capacitação para um ensino bilíngüe, o que requer conhecimentos em relação aos princípios de Metodologia de Ensino de segundas línguas, seja a segunda língua em questão a língua portuguesa ou a língua indígena;
- Capacitação sócia lingüística para o entendimento dos processos históricos de perda lingüística, quando pertinente;
- Capacitação lingüística específica já que, via de regra, cabe a este profissional a tarefa de liderar o processo de estabelecimento de um sistema ortográfica da língua tradicional de sua comunidade;
- Capacitação para a condução de pesquisas de cunho lingüístico e antropológico, uma vez que este profissional, enquanto, necessariamente, autor e condutor dos processos de elaboração de materiais didáticos para as escolas indígenas, devem ser capazes de:
 - Realizar levantamentos da literatura indígena tradicional e atual;
 - Realizar levantamentos étnicos - científicos;
 - Lidar com o acervo histórico do respectivo povo indígena;
 - Realizar levantamento sócio
 - Geográficos de sua comunidade. (MACEDO, 1998, p.47)

Segundo a autora, é perceptível que o Projeto Político Pedagógico, a estruturação e o quadro docente dos cursos de formação de professores índios devem ser analisados a partir da especificidade desse trabalho, lembrando que

iniciativas dessa natureza são muitas vezes realizadas em regiões de difícil acesso, ou em locais que não dispõem da infra-estrutura normalmente exigida.

Os critérios para autorização e regulamentação desses cursos devem, assim, basear-se na qualidade do ensino a ser oferecido e na sua coerência com os princípios definidos na legislação referente à educação escolar indígena. Neste sentido, os Conselhos Estaduais de Educação deverão constituir critérios próprios para a autorização, reconhecimento e regularização dos cursos de formação de professores indígenas, de forma a atender todas as peculiaridades envolvidas neste tipo de trabalho.

Analisa-se a especificidade do processo de formação do professor-índio, e que esse processo está em fase de implantação, na qual é importante ressaltar a enorme dificuldade em fazer cumprir as diversidades culturais de um povo que necessita de formação acadêmica para melhorar a educação escolar de sua comunidade.

De acordo com Cavalcante (2003) há uma grande vontade dos educadores indígenas em fazer de suas escolas e de seus processos pedagógicos um meio formador que possibilite expressar a diversidade e pluralidade de suas culturas. Perceber o modo de formação indígena que é advindo das relações com o meio em que vive, torna-se um desafio.

A formação indígena é constituída com base em dois campos principais. O primeiro tem um suporte mais marcado nos valores, na identidade e no próprio convívio com a natureza. Os professores indígenas, [...] são os principais responsáveis por essa parte da formação, que envolve as relações sociais no cotidiano da aldeia. No segundo campo, a formação ocorre por meio de um ensino que requer uma mediação mais verbal, isto é, um desenvolvimento de competências que estão ligadas ao letramento. (PADILHA, 2003, p.16)

De acordo com o autor mencionado, nos últimos anos houve importantes avanços no tocante a educação e formação de professores indígenas, para enfatizar essa formação de professores, sem levar em consideração os processos que culminaram no direito do índio à educação será um percalço para a continuação se não levasse em considerações a sua cultura, a identidade e os valores empíricos.

Sendo assim, a cultura indígena possui importância fundamental na construção da identidade nacional brasileira dos discentes indígenas. Ela está presente em elementos da dança, festas populares, culinária e, principalmente, na

língua portuguesa falada no Brasil, que é fruto do processo de aculturação entre povos indígenas, negros e europeus.

2 FORMAÇÃO BILINGUE PARA OS DOCENTES EM ESCOLA INDIGENA.

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO BILINGUIMOS NA EDUCAÇÃO INDIGENA

A noção de bilingüismo vem então sendo amplamente utilizada por professores indígenas e por não índios, quando se discute formação de professores para escolas indígenas. Quase todos ainda falam numa escola intercultural, bilíngue, diferenciada e autônoma. O bilingüismo vem sofrendo ressignificações na educação escolar indígenas, mas continua sendo um conceito ambíguo.

De acordo com D'Angelis (2005) a história da educação escolar indígena no Brasil, e o "Ensino Bilíngüe" que vai dos anos 1970 até o século 21, cuja primeira fase caracteriza-se pela presença hegemônica da FUNAI, do SIL com a "educação bilíngüe de transição".

Segundo o autor, a criação da FUNAI - Fundação Nacional do Índio em 1967 trouxe algumas mudanças: elege-se oficialmente o ensino bilíngüe como forma de "respeitar os valores tribais"; em 1973, o Estatuto do Índio - Lei 6001/73, tornou obrigatório o ensino das línguas nativas nas escolas indígenas.

O bilingüismo previsto no artigo 47 do Estatuto do Índio, como forma de assegurar e respeitar o "patrimônio cultural das comunidades indígenas" corrobora os objetivos integracionistas da educação escolar oferecida na prática pela FUNAI. A educação bilíngüe acaba constituindo-se numa tática para garantir interesses civilizatórios do Estado brasileiro.

Outrora a FUNAI convoca para o trabalho educativo nas aldeias o SIL – Summer Institute of Linguistics, que conjugando métodos lingüísticos a proselitismo religioso, colocou-se a serviço das políticas oficiais de integração dos povos indígenas à sociedade nacional, usando o chamado "bilingüismo de transição". O SIL desenvolve então trabalhos com populações indígenas de número expressivo, como Kaingang (no Sul), Terena (MS) e Karajá (TO), conforme D'Angelis (2005) Diversos autores como D'Angelis (2000), Borges (1997), Melià (1979) concordam com a inadequação dos programas educacionais empreendidos pela FUNAI, SIL e outras missões religiosas no país, naquele período.

Segundo Borges (1997), O grande parceiro dos projetos educacionais da FUNAI neste período foi realmente o SIL, que transformou o bilinguismo oficial de "transição" em estratégia de dominação e descaracterização cultural, eles mantêm

os mesmos objetivos civilizatórios dos primeiros catequistas ressaltando a salvação das almas pagãs”.

Para o (RCNR/Indígena, 1998) O Summer, entidade religiosa norte-americana de caráter fundamentalista, utilizava a língua original destes povos como “ponte” para o aprendizado de ensinamentos bíblicos e o posterior ensino da língua portuguesa. Contribuindo, dessa forma, para a integração do indígena na sociedade nacional, ao destruir sua religiosidade (substituindo o panteão indígena pelo evangelho) e sua língua (impondo o português).

De acordo com a autora Melià (1979) Essa educação escolar oficial para índios, “não difere estruturalmente, nem no funcionamento, nem nos seus pressupostos ideológicos, da educação missionária” sendo assim, é necessário repensar em uma política educacional vigente para os alunos e professores indígenas. Com isto é bom ignorar as discussões fundamentais para ser levada pelos educadores envolvidos na escolarização de suas comunidades.

Em relação à importante questão do bilingüismo, D`Angelis (2001,p.101) aponta três modelos de ensino bilíngüe, a saber:

- a) "Bilingüismo de Transição" para a língua majoritária, onde a língua minoritária é usada apenas inicialmente para depois ser completamente substituída pela língua majoritária;
- b) "Bilingüismo de Manutenção ou de Resistência", onde a língua minoritária é estimulada e empregada efetivamente em todo o ensino escolar;
- c) "Bilingüismo de Imersão", onde o convívio total com a língua majoritária (ou a língua alvo) leva ao desuso da língua minoritária.

Segundo o autor, ele discorre acerca dos modelos de ensino bilíngüe a partir das três categorias de análise propostas e aos objetivos referentes, quanto ao espaço dedicado para a língua indígena e ao valor dado ao bilingüismo e à língua indígena. O objetivo do "bilingüismo de transição para a língua majoritária" é inserir o educando na língua e na cultura majoritária enquanto que o objetivo do "bilingüismo de manutenção ou de resistência", desenvolvido nos programas de vitalização da língua minoritária, é preparar o educando para as relações com a sociedade majoritária, incluindo o domínio da língua, ao mesmo tempo em que fortalece a língua minoritária.

O espaço dedicado por cada modelo de bilingüismo para a língua indígena, no caso do "bilingüismo de transição" é menor a cada ano, pois é de instrução nos dois primeiros anos, e passa a "aula de língua" nos modelos adaptados, enquanto

que no "bilingüismo de resistência" a língua indígena é a língua de instrução em todo o curso.

Quanto ao valor dado por cada modelo ao bilingüismo e à língua indígena, para o "bilingüismo de transição" o bilingüismo é uma dificuldade e a língua indígena tem papel na escola até que não seja mais necessária, enquanto que para o "bilingüismo de resistência" o bilingüismo é uma riqueza e a escola trabalha com estratégias para sua valorização e para a ampliação das competências do falante nas duas línguas.

Sendo assim, é preciso então discutir com mais profundidade qual o modelo de bilingüismo que efetivamente vem sendo desenvolvido nos projetos de educação escolar indígena e depreender daí qual a política lingüística a ser adotada nos programas de formação de professores e nas comunidades, em geral.

A opção por um modelo de bilingüismo é uma opção política e leva necessariamente à definição de uma planificação lingüística, enfatizada por D'Angelis (1996), na qual reflete em relação ao caso kaingang, mas que podemos ampliar para os demais casos, explica: que é fundamental adotar medidas planejadas para revigorar, fortalecer, dinamizar e atualizar a lingual indígena para que ela possa fazer frente à força da lingual portuguesa. Para ele as formas de fazer isso são dar um lugar de verdade para a leitura e a escrita na lingual indígena, assim como dar espaços considerados nobres, para o uso oral da lingual indígena.

Segundo Borges (1997) ressalta-se as três maneiras de lugares que podem ser utilizadas a leitura ao mesmo tempo:

1. Pela ocupação de espaços ainda não ocupados pela leitura e escrita em Português;
2. Pela tomada de "lugares" hoje ocupados pela escrita do Português para a escrita em Kaingang;
3. Pela tomada ou criação de lugares "nobres" de veiculação da língua Kaingang falada. (BORGES, 1997, p. 13)

Conforme mencionado pelo autor, a escola bilíngue indígena tem tentado construir essas estratégias frente os espaços de leituras e lugares que descrevem a real necessidade, enquanto espaço intercultural por natureza, a escola precisa se posicionar em relação aos espaços que ela dedica e constrói para a língua indígena.

2.2 BILINGUISMO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O fato de o professor indígena ser bilíngüe em Língua Indígena-Português não assegura que o método de educação bilíngüe seja aplicado a sua formação possibilitando o aprendizado de um segundo idioma, é essencial para conquistar melhores oportunidades de estudos e trabalho, além de permitir o desenvolvimento emocional e cognitivo do docente.

Para Chiode (1993) Ele aponta o limitado alcance que as oficinas de capacitação tem frente às enormes demandas de formação do magistério indígena, assim como as políticas educacionais nacionais que continuam a ignorar a exigência de programar escolas normais para professores bilíngües.

A responsabilidade do professor bilíngüe no compromisso de um trabalho de promoção e revitalização das línguas e culturas indígenas não é tão simples assim, já que ele, muitas vezes, foi formado sob a influência de um sistema educativo que implícita ou explicitamente inculca valores de desprestígio, mesmo quando o discurso oficial se pronuncia pelo respeito.

A teoria da educação bilíngüe se sustenta no suposto de que quanto maior seja o nível de competência oral e escrita no idioma materno, tanto mais rápida e eficazmente se produzirá no segundo, portanto nos anos iniciais, a educação bilíngüe consiste, entre outras coisas, no ensino da leitura e escrita em língua vernácula, na aprendizagem oral do Português (pra nós) e na transferência à escrita desta língua das habilidades já desenvolvidas em L1. (CHIODI,1993,p.177)

De acordo com o autor, ele descreve que é frequente encontrar professores bilíngües que por insegurança ou falta de orientação metodológica ensinam castelhano como primeira língua, seguindo os procedimentos usuais nas escolas do sistema tradicional donde os meninos estudaram. É comum que o professor não aceite que se alfabetiza só uma vez, e volta a ensinar a leitura e escrita (em espanhol) como se as crianças não tivessem passado por esta etapa em sua língua materna.

Em outros casos, quando os professores se encontram com crianças bilíngües, ainda incipientes, optam por retornar à educação monolíngüe em espanhol. Além do fato de que os pais exigem que as crianças sejam alfabetizadas rápida e diretamente em castelhano. Nós conhecemos essa realidade também no

Brasil, onde, para agravar, o ensino de gramática prevalece sobre a leitura e produção textuais.

Conforme mencionado pelo autor supracitado acima, o alerta para que o êxito dos projetos de educação bilíngüe intercultural, no que diz respeito à escrita da língua materna, está condicionado pela criação de hábitos de comunicação escrita entre as comunidades indígenas. Para ele é uma situação paradoxal que talvez seja o principal obstáculo ao desenvolvimento da educação bilíngüe:

Cabe ao Estado promover social e politicamente as línguas indígenas, mas somente os grupos étnicos podem reivindicar e realizar as políticas de revitalização lingüística que os projetos de educação bilíngüe intercultural estão implementando limitadamente no âmbito educativo. (CHIOLDI,1993, p.201)

No entanto, o autor destaca a responsabilidade que o estado promove com relação às políticas públicas educacionais e as suas implementações correlacionados as melhorias vigentes aos projetos educacionais e interculturais dos povos indígenas de certa forma que venha melhorar a qualidade de ensino.

Para Monserrat (2001) o Estado brasileiro não tem realmente uma política lingüística específica para as sociedades indígenas. Ele tem, sim, no nível do discurso, uma política de educação escolar indígena, qualificada como “bilíngüe, intercultural, específica e diferenciada”. Sendo assim, pode-se atuar sobre a língua de duas maneiras diferentes: uma é planificando o corpus – quer dizer, intervindo sobre a forma da língua, como a criação de uma escrita, tratamento dos empréstimos, dos neologismos, standardização, normatização, etc; e a outra é planificando o status – quer dizer, intervindo sobre as funções da língua, seu status social e relações com outras línguas.

A formação de professores bilíngües necessita promover a autonomia dos povos indígenas e acima de tudo evidenciar e lutar pela preservação e/ou revitalização das línguas, e essa é uma situação complexa, pois por muitas vezes não se tem o professor formador para atuar na área, algumas línguas tem somente alguns falantes e não há registro formal das mesmas é a realidade nas etnias locais.

2.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO BILÍNGUE NAS ESCOLAS INDÍGENAS

O papel das escolas indígenas para a preservação da cultura é fundamental. O fortalecimento dessas instituições faz com que novas gerações continuem a acessar a língua materna de seu povo e aprenda os elementos ligados à sua identidade.

A concepção de inovação pedagógica está diretamente relacionada ao movimento de mudanças e transformações sociais e está diretamente ligada aos envolvidos na ação pedagógica da escola. Nesse sentido, a escola que compreende o processo de inovação considera as contradições que vão surgindo na prática como parte do processo inovador, ou seja, uma escola inovadora precisa compreender as mudanças e transformações sociais reconhecendo seus avanços e percalços por meio de reflexão crítica acerca da complexidade de fatores que configuram os processos de mudança e que podem ser tomados como referência para entendermos os elementos conceituais envolvidos na prática pedagógica.

A inovação envolve obrigatoriamente as práticas. Portanto a inovação pedagógica não deve ser procurada nas reformas de ensino, ou nas alterações curriculares ou programáticas, ainda que ambas, reformas e alterações, possam facilitar, ou mesmo sugerir mudanças qualitativas nas práticas pedagógicas (FINO, 2008, p. 12).

Segundo o autor, muitas transformações têm marcado a vida social nas últimas décadas. O desenvolvimento das tecnologias de informação, a globalização da informação e da comunicação, o progresso desencadeado pela aceleração das descobertas científicas e tecnológicas e a mundialização da economia que têm contribuído para a emergência de padrões de produção e de relação social. Nos dias atuais, é necessário refletir sobre novas práticas educativas cabendo ao pesquisador o papel fundamental de pensar a inovação pedagógica como forma de dar resposta aos diferentes e complexos avanços e problemas sociais que surgem constantemente.

Percebe-se as vivências em uma sociedade globalizada, onde a informação se tornou um dos principais fatores de riqueza, a revolução da informática trouxe com ela grandes avanços e transformações sociais, consequentemente sentiu-se a

necessidade de romper com alguns paradigmas e modificar antigas concepções no campo da educação.

No mundo industrial emerge a crise em todos os setores da sociedade e em consequência a educação sente a necessidade urgente de mudanças em ruptura com o passado para atender esse novo mundo. Cada dia surgem mudanças que se propagam por toda a sociedade. O grande desafio é enfrentar essas transformações.

A acelerada revolução tecnológica indica transformações radicais em todo o sistema econômico mundial, como as mudanças na organização do trabalho que estão a exigir um trabalhador com competência para atuar na sua área e habilidades gerais de abstração, comunicação e integração.

A esse respeito, segundoTurkle (1989, p. 58) afirma que: “As mudanças têm sido rápidas e inquietantes. Estamos pouco à vontade com nossos filhos, que estão tão à vontade com a tecnologia que muitos de nós mantemos a uma distância segura”. Assim, a escola passa a servir como espaço de discussão e debate sobre novas propostas pedagógicas. A busca de um maior desenvolvimento através da inovação torna-se fundamental para a efetiva participação do sujeito na construção de uma sociedade melhor e mais justa.

A inovação pedagógica é eminentemente objeto de conflitos e compromissos que surgem a partir das discussões e reflexões de todos os envolvidos no processo educativo. E, compreender as práticas e as possibilidades de desenvolvimento por meio das ações dos profissionais da educação implica conhecer o que mobiliza os sujeitos da prática em suas ações. Assim, podemos perceber a inovação pedagógica como uma dinâmica explícita que pretende uma mudança de atitudes, concepções e práticas pedagógicas.

Para Tardif, (2002, p. 70) A prática pedagógica inovadora não se constitui isoladamente, mas tem relação com as interações estabelecidas entre o professor e os alunos, com os outros professores e com os demais membros da escola. Dessa forma, entendemos que o conhecimento advém de uma realidade social materializada por formação, programas, disciplinas escolares e práticas coletivas no qual estão presentes dimensões identitárias e dimensões de socialização profissional, além de fases e mudanças.

Mediante as exposições feitas, vale ressaltar que o autor Sacristán (1995), ao perceber a prática pedagógica como uma cadeia de inter-relações que constituem o sistema educativo. No entanto, para o processo de aprendizagem é fundamental

entender as práticas pedagógicas como ações que fluem para o processo de desenvolvimento dos alunos.

O processo de aprendizagem é fundamentalmente importante para a aquisição de conhecimentos sistematizados e para a formação de seres humanos críticos, criativos, pensantes e reflexivos. É importante priorizar as criações, descobertas e propor desafios para o desenvolvimento e a construção da liberdade e de expressão do aluno. Os desafios proporcionados para o aluno motivam-no na busca de soluções para os problemas, o que gera o desenvolvimento efetivo da aprendizagem.

Uma discussão importante nesse sentido está implicada nas reflexões sobre o papel da escola, que podem imprimir nova perspectiva na ação educativa.

O papel da escola não é certamente lutar por manter um monopólio, mas sim preparar os alunos para articularem, em paralelo ou sucessivamente, toda a espécie de contributos educativos, desde a informação inicial à formação contínua, formas escolares com o apoio dos media ou da informática, formações organizadas nas redes mais informais de ajuda e de formação mútua (THURLER e PERRENOUD, 1994, p. 25)

Conforme mencionado pelo autor, a escola deve, ao definir seus objetivos, além de garantir aos alunos o domínio dos conhecimentos científicos e a construção de conceitos que proporcionem o desenvolvimento de habilidades, propor alternativas de responsabilidade social e estabelecer relações desses conhecimentos e habilidades com os conflitos vivenciados pelos alunos, possibilitando a reflexão sobre uma nova visão de sociedade, mais dinâmica, na qual a formação do cidadão vai passar pela experiência da atividade coletiva.

A inovação pedagógica passa por uma mudança de atitude do professor, que presta muito maior atenção à criação dos contextos de aprendizagem para os seus alunos do que aquela que é tradicionalmente comum, centrada neles, e na atividade deles, o essencial dos processos (FINO, 2010, p. 5).

Além de refletir sobre suas práticas, o professor deve criar contextos de inovação pedagógica que possibilitem o desenvolvimento da conscientização do aluno enquanto ser social que precisa compreender os fatos que acontecem no mundo e atuar em seu contexto, valorizando e respeitando as diferenças entre os seus participantes.

Os novos movimentos surgidos neste novo milênio ganharam peso no que diz respeito à luta por dignidade e por direitos à cidadania plena, especificamente no Brasil, direitos esses assegurados por Lei.

Dessa forma está clara a participação efetiva de todos os cidadãos nos processos decisórios relativos tanto às políticas públicas que irão afetar as comunidades em suas diferentes etnias, como também às questões referentes a formas de garantir uma educação de qualidade para todos.

A reflexão sobre as mudanças necessárias na escola, mais especificamente no que diz respeito à prática pedagógica perpassam pelo movimento de informar, formar e sensibilizar os atores do processo educativo, de modo que as experiências de desenvolvimento de uma cultura e de práticas de inovação pedagógica venham a se ampliar e contribuir para a aprendizagem efetiva dos alunos.

A educação escolar adquire, em contrapartida, importância decisiva nesse mundo de transformações e o professor em sua ação pedagógica, tem como função fazer com que o aluno viva intensamente o seu tempo e sua cultura e compartilhe com os outros a tarefa de solução das questões cruciais de sua época, com conhecimento, determinação e discernimento, procurando desenvolver a aprendizagem significativa, articulando-se com as finalidades, os valores e as diferentes formas de expressão.

A prática pedagógica sistematizada por meio da intervenção do professor junto ao aluno, do acompanhamento contínuo e na expectativa de desenvolvimento, reflete em maiores possibilidades de aprendizagem para o aluno. Uma situação de ensino e aprendizagem, entendida em seu sentido global, é a procura a superação da relação professor-aluno no sentido de oferecer solidariedade, transformação e respeito mútuo. Professor e aluno, aluno e aluno, são, portanto, sujeitos de um processo em que crescem juntos.

Cabe à escola levar a criança ao conhecimento científico que desvele o movimento e a origem da realidade social, sendo a totalidade histórica o ponto de partida do trabalho. Assim, faz-se necessário que o professor busque o desenvolvimento particular de cada criança, ao trazer para dentro da escola uma concepção de aprendizagem, com sentido e significação para o aluno, que seja motivadora para as crianças, levando-as à apropriação dos conhecimentos de forma natural e efetiva.

2.4 DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO BILINGUE PARA ALUNOS INDIGENAS

No âmbito desses desafios sobre a alfabetização e o bilinguismo podemos ressaltar que o aprendizado de uma segunda língua oportuniza o fortalecimento das estruturas linguísticas, favorece o desenvolvimento cognitivo e amplia as funções psicológicas superiores (percepção, concentração, memória, pensamento criativo, expressividade por meio de diferentes linguagens) promovendo também o aumento das possibilidades de comunicação interpessoal e comunitária contribuindo com o reconhecimento, por um meio de um maior número de pessoas, da diversidade cultural.

Para Mukina (1995) destaca amplamente a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, enfatiza que gerações constituem suas experiências, conhecimentos, aptidões e qualidades psíquicas no produto do seu trabalho, o qual pode ser material, por objetos que os rodeiam, ou espiritual, a linguagem, a ciência, as artes, assim cada geração recebe os conhecimentos acumulados anteriormente.

Os alunos apreendem as experiências sociais que essa cultura acumulou, ou seja, os conhecimentos, as aptidões e as qualidades psíquicas do homem, que constitui a herança social. No entanto, a mesma não é assimilada de maneira espontânea, mas com a orientação, a mediação de adulto no processo de educação e ensino.

A característica própria da criança não desenvolve qualidades psíquicas, mas as condições necessárias para sua formação, as quais são oriundas da herança social, a qualidade psíquica é a capacidade de ouvir a linguagem falada (fonemas) possibilitando de conhecer os sons da linguagem.

As diversas condições no desenvolvimento interferem nas formas do desenvolvimento psíquica da criança. As circunstâncias naturais, como constituição do organismo, funções e maturação são necessárias, pois sem as mesmas não há desenvolvimento, porém não determinam as qualidades psíquicas da criança, as quais dependem as condições de vida e da educação, assimilando a experiência social que consiste na fonte do desenvolvimento psíquico, onde o adulto como mediador, proporciona os elementos que serão desenvolvidos, as qualidades psíquicas e as propriedades da personalidade.

Com a orientação do adulto a criança assimila a experiência social e a cultura da humanidade, a capacidade para se comunicar com os semelhantes, a comportar-

se conforme as regras, bem como a forma de lembrar, pensar, isto é, dos processos de aprendizagem das ações e as necessárias propriedades psíquicas.

A avaliação e mudança da prática pedagógica se apresentam como um dos principais desafios no cotidiano dos educadores, pois significam, ao mesmo tempo, uma revisão das práticas educativas, sua superação por meio de estudos e a proposição de uma educação que favoreça a promoção intelectual de crianças e jovens indígenas.

Percebe-se por meio destas questões, o quão importante é a escola na aprendizagem e desenvolvimento das crianças independentemente de sua situação cultural ou econômica. Em suma, a história da educação escolar indígena esteve voltada por um longo período para a dominação, com a integração e homogeneização da cultura. Porém com as legislações garantiram aos indígenas o reconhecimento e manutenção de sua diversidade cultural e lingüística por meio de educação específica e diferenciada.

Destacam-se as contribuições que a educação escolar específica e diferenciada pode proporcionar ao exercício da cidadania indígena, pois a escola indígena é um direito assegurado por uma nova política pública desenvolvida, que atenta para o patrimônio lingüístico, cultural e intelectual desses povos. Porém, essa educação só será concretizada com a participação direta dos interessados, os povos indígenas, por meio de suas comunidades educativas como uma participação efetiva, em todos os momentos, para que possa garantir sua realização, a qual deve ser fundamental para definir os objetivos, os conteúdos curriculares no exercício das práticas metodológicas, assumindo papel necessário para a efetividade de uma educação específica e diferenciada. (BRASIL, 1998, p.34)

Há a necessidade de maiores estudos sobre o tema, pois embora haja uma legislação favorável à interculturalidade e ao bilingüismo na educação escolar indígena e maiores investimentos do poder público na formação dos professores indígenas e não-indígenas e implemento à elaboração de materiais didáticos diferenciados, a realidade da sala de aula, os métodos utilizados, as dificuldades em relação à escrita entre grupos cuja organização sócio-cultural é pautada na oralidade, o grau de bilingüismo e a influência deste no processo de ensino aprendizagem entre os indígenas, ainda são pouco conhecidos pelos pesquisadores do tema.

Como os povos indígenas representam grupos cuja organização sócio-cultural se dá por meio da oralidade, a criança indígena chega à escola conhecendo pouco

sobre a função da escrita. As instituições educativas necessitam organizar seu ensino de forma que a criança reflita sobre esta função para compreendê-la e da escrita poder se apropriar plenamente desenvolvendo novas potencialidades intelectuais.

Segundo Azevedo (2005) Este processo requer diagnósticos, contínua formação dos professores, adequada organização do espaço educativo, desenvolvimento de Projetos de Educativos adequados culturalmente e que ampliem os programas curriculares, disponibilidade de diferentes materiais escritos, na língua materna e língua portuguesa.

A educação escolar tem se tornado um importante componente entre os grupos indígenas no Brasil para que estes construam relações mais equilibradas com a sociedade envolvente, para que possam estar a frente da gestão das instituições educativas, formular projetos diferenciados, participar da elaboração de projetos de sustentabilidade com as lideranças de suas comunidades.

Os professores indígenas só poderão realizar uma ação pedagógica coerente com a especificidade étnica quando puderem acessar, amplamente, por meio de investigações e registros escritos, os conhecimentos tradicionais de sua cultura e aqueles produzidos pela cultura envolvente tendo assim uma direção segura a consistente de sua prática sem perder de vista que a escola também deve proporcionar o conhecimento da língua oficial e dos conteúdos que servirão como base para a aprendizagem dos padrões de funcionamento da sociedade envolvente e de conhecimentos técnicos e científicos especializados, que serão buscados pelos jovens em etapas posteriores de formação.

Um dos grandes desafios colocados aos professores indígenas tem sido o de trabalhar com os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos científicos na educação escolar indígena.

3 DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE: ANÁLISES DE PROFESSORES DA EMEF “WARU OREBU” NA ALDEIA BIRIBA, MUNICÍPIO DE JACAREACANGA-PA.

3.1 CARACTERIZAÇÕES DA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental “WARU BERU” está localizada na Região do Rio Kabitutu pertencente a Aldeia Biriba Município de Jacaréacanga .

A escola Waru Orebu atualmente em 2023 atende 59 alunos matriculados e conta com o quadro de funcionários equivalente a oito (08). Subdivididos em 03 (três) Períodos: manhã, tarde e à noite. A mesma recebe os alunos de outras localidades circunvizinhas.

Turmas em funcionamento:

- Educação infantil Pré-I e Pré-II,
- Series Iniciais do 1º, 2º, 3º, 4º, 5º ano;
- Series Finais do 6º ao 9º ano e 3ª e 4ª etapa na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos).



Imagem 1: Escola Municipal de Ensino Fundamental “WARU BERU” FONTE: Professor da EMEF “Waru Orebu” na Aldeia Biriba, Município de Jacaréacanga-Pa.

O nome dado a essa escola é homenagem ao líder indígena e fundador desse povoamento Munduruku em aldeia Biribá. O nome “Waru Oribu” homenageia o líder da primeira migração que se instalou, em 1978, nesse local que foi nomeado de aldeia Biribá antiga “Otoadika”. No entanto, esse nome Waru Oribu faz referência ao Sr. Eduardo Waro Munduruku que contribuiu muito na fundação e também foi um dos pioneiros na educação local (aldeia).



Imagem2: Fundador da Escola Sr Eduardo Waro Munduruku. **Fonte:** Professor da EMEF “Waru Oribu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-PA.

A

Primeira instituição de ensino começou a funcionar na aldeia, ou seja, ela foi fundada no dia 15 de março do ano de 1999. Escola Waru Oribu passou por um processo de reconhecimento, ou seja, tornou-se Escola Municipal de Ensino Fundamental tendo iniciado com total de 26 alunos devidamente matriculados.

No dia 10 de abril do ano de 2007, com muito esforço e a pequena parcela de contribuição por parte do governo do município de Jacareacanga-PA, a comunidade conseguiu receber mais 01 (uma) escolas “nova” e a reforma de outra escola. Consequentemente aumento de turmas e mais novas contratação de funcionários.

A edificação dessa escola também não seguiu os padrões de construção civil que são utilizados na maioria das escolas públicas. Seu espaço físico é constituído de duas salas de aula separadas, uma em cada escola, uma secretaria fica na outra e uma cozinha na outra (onde é preparada e servida a merenda escolar). Além

disso, há também um espaço livre ao lado do prédio onde tem o local reservado para plantar uma horta escolar cujo objetivo fornecer temperos para proporcionar mais sabor à merenda escolar destinada às crianças que estudam nessa escola.

3.2 METODOLOGIA ADOTADA

Os procedimentos metodológicos para a produção deste trabalho, consistiu em pesquisas realizadas na EMEF “Waro Oribu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-PA, que está fundamentada em referências bibliográficas que aborda autores como: MACENA (2007), MAHER (2006), SÁNCHEZ (2006), CALHÁU (2006). dentre outros que foram utilizados na produção do presente trabalho, a fim de embasamento teórico, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo e descritivo, visando analisar as percepções dos professores quanto aos desafios da alfabetização na educação bilíngue.

As pesquisas buscaram responder as seguintes questões que nortearam o trabalho acadêmico: De que forma as escolas indígenas podem oferecer a educação bilíngue para as crianças? Quais os desafios do professor indígena no ensino infantil bilíngue? Quais as contribuições da alfabetização bilíngue na educação indígena?.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi necessário a aplicação de questionário para coletar os dados de quatro (04) professores equivalentes aos desafios vivenciados durante a alfabetização dos alunos indígenas. Essa pesquisa foi realizada nos meses de outubro e novembro de 2023 na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Waro Oribu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-PA.

3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS

Para conclusão deste trabalho, foram entrevistados 04 (quatro) professores que trabalham na Escola Municipal de Ensino Fundamental “Waro Oribu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-Pará em Outubro de 2022, sendo eles 03 (três) do sexo feminino e 01 (um) do sexo masculino, na qual possuem idade respectivas que variam entre 27, 34, 37 e 38 anos, com relação a formação três professores são Licenciados Plenos em Pedagogia e um é Licenciado em letras, dois já são Especialistas em suas áreas de formação sendo uma em Alfabetização e Letramento a outra em Metodologia do ensino da língua portuguesa e dois

professores ainda não tem especialização. Quando perguntado aos entrevistados qual o tempo de serviço prestados na Educação? De acordo com as respostas dos entrevistados listados eles atuam na educação durante um período entre dois a dezesseis anos de serviços prestados. Todos os entrevistados se sentiram felizes em contribuir com a referida pesquisa, pois se formaram na Faculdade de Itaituba.

3.4 ANALISE DA PESQUISA

A educação escolar indígena é uma modalidade de ensino que vem recebendo um tratamento especial por parte do Ministério da Educação, alicerçada em um novo paradigma educacional de respeito à interculturalidade, ao multiculturalismo e a etnicidade. O Ministério da Educação vem implementando uma política nacional de educação escolar indígena, atendendo preceitos legais estabelecidos na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação. No entanto espera-se que a educação escolar indígena seja realmente assistida pela Prefeitura Municipal e que atenda as reais carências da Secretária Municipal de Ensino adequando a matriz curricular a suas reais necessidades.

Ao iniciar a pesquisa com base no questionário aplicado aos professores da EMEF “Waro Orebu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-Pa, perguntou: O que é Bilinguismo?

Quadro1:O que é Bilinguismo? **Fonte:**Professores da EMEF “WaroOrebu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-Pa

Professor	Respostas
P1	É um sistema de duas línguas diferentes, ou seja, um indivíduo que fala dois idiomas.
P2	É a linguística diferente utilizada pelos falantes e por meio em que vive
P3	É a utilização regular de duas línguas por indivíduo ou uma comunidade como resultado do contato linguístico.
P4	São pessoas que sabem e falam dois idiomas.

Segundo os entrevistados, bilinguismo é um sistema de duas línguas, ou seja, quando um indivíduo sabe e falam dois idiomas diferentes, observando suas estruturas e suas interpretações. Observa-se que os professores possuem total conhecimento sobre o significado do bilinguismo, pois trabalhar em uma escola indígena não é fácil tem seus desafios e você precisa dominar as duas línguas.

De acordo com o dicionário Aurélio o Bilinguismo é uma “Qualidade ou condição de bilíngue, de falar duas línguas, com o uso frequente de duas línguas”, ou seja, ser bilingue é ter que dominar a língua materna dos indígenas que é a Munduruku e se apropriar da língua portuguesa para ter uma compreensão social e cultural existente fora de sua aldeia.

Para o autor D’Angelis (2007), A noção do termo bilinguismo vem então sendo amplamente utilizada por professores indígenas e por não índios, quando se discute formação de professores para escolas indígenas, uma vez que o mesmo precisa dominar a língua Munduruku e contextualizar a Língua portuguesa com os alunos e familiares de alunos.

Ao indagar os professores perguntou: Qual a importância da Educação Bilingue?

Quadro2: Qual a importância da Educação Bilingue? **Fonte:** Professores da EMEF “Waro Orebu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-Pa.

Professor	Respostas
P1	Traz melhoria na educação para os alunos além de desenvolver seu raciocínio, traz melhores oportunidades de trabalho.
P2	A educação bilingue possibilita o aprendizado de um segundo idioma e é importante para conquistar estudos e trabalhos.
P3	A importância é ter escolas diferenciadas com um processo de alfabetização condizente com a realidade dos alunos indígenas.
P4	É importante que a língua seja ensinada de modo que venha facilitar a sua interação na comunidade e na sociedade pelas pessoas falantes.

Observa-se que os entrevistados enalteceram que a educação bilingue é importante, pois traz melhorias para a educação dos alunos e desenvolve os aspectos cognitivos, raciocínio lógico, o processo de ensino aprendizagem referente a alfabetização, oportunizando ao mercado de trabalho e facilitando a interação social entre os indivíduos.

A educação Bilingue é de suma importância, pois aborda vantagens ao estudar em duas línguas, os alunos aprendem um idioma naturalmente. Mas os benefícios dessa modalidade de ensino vão muito além do aprendizado de outra língua. A Educação Bilíngue é responsável pelo desenvolvimento nos aspectos cognitivos e de habilidades socioemocionais dos alunos.

Uma criança que tem a possibilidade de estudar em dois idiomas tem maior capacidade de concentração, melhor desenvolvimento de habilidades de escrita, leitura e fala, desenvolve o pensamento criativo, possui uma formação cultural mais

rica e com respeito às diferenças, tem mais facilidade para aprender outros idiomas futuramente.

Perguntou-se aos entrevistados: De que forma a educação Bilingue deve ser transmitida aos alunos indígenas?

Quadro 3: De que forma a educação Bilingue deve ser transmitida aos alunos indígenas? **Fonte:** Professores da EMEF “Waró Orebu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-Pa.

Professor	Respostas
P1	Em uma escola indígena os alunos mesmo que tenham sua língua materna dominante eles precisam de professores que use o português como meio de instrução para cada matéria.
P2	O ideal para o ensino dos alunos indígenas é o primeiro contato com a segunda língua aconteça de forma tradicional, através das brincadeiras, histórias, músicas, cantigas de rodas entre outras.
P3	Eles precisam aprender nas duas formas e depois ser repassada e confirmada se ele aprendeu nas demais disciplinas.
P4	O professor ele pode utilizar os dois idiomas dentro da sala de aula, para que o aluno compreenda as duas formas ao mesmo tempo.

Percebe-se nas falas dos entrevistados que a educação bilíngue é transmitida de forma em que os alunos possam aprender as duas línguas, sendo a L1 a língua indígena e L2 a língua portuguesa, os professores de língua portuguesa são fundamentais para ensinar os indígenas a língua do branco, na qual ele possa socializar mediante a sociedade, já a língua Munduruku sua língua materna esta os indígenas precisam conserva-la pois essa parte da cultura. Os professores ao responder os questionários foram muito eficazes, tendo em vista a forma tradicional pela qual os alunos farão uma associação entre as duas línguas para ver se realmente estão aprendendo ou não e tentar ao máximo fazer uso desse bilinguismo nos outros componentes curriculares.

Os alunos indígenas necessitam aprender as duas línguas e depois confirmar na prática se entenderam e associa-las nas duas línguas, exemplificando a palavra **Bom Dia**, na L1 se escreve “**Kabiá**” e na L2 se escreve “**Bom Dia**”, os professores precisam sempre fazer esta associação para que os alunos aprendam as duas línguas de forma correta e depois coloque em prática no seu dia-a-dia.

Ao indagar os entrevistados, lançou-se a seguinte pergunta: Quais as principais características da educação bilíngue?

Quadro 4: Quais as principais características da educação bilíngue? **Fonte:** Professores da EMEF “WaroOrebu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-Pa.

Professor	Respostas
P1	Uma das características é propor que o aluno use tanto a sua língua materna quanto outro idioma fluentemente.
P2	É uma educação bilíngue, ou seja, duas línguas, dois idiomas sendo a primeira a língua materna e a outra portuguesa.
P3	A principal característica é fazer com que o aluno aprenda ler e escrever nas duas línguas e consiga interpretar a vida em sociedade
P4	A característica principal é o uso das duas línguas, sendo ela utilizada pelo professor e aluno através de diálogo.

Segundo os entrevistados as principais características da educação bilíngue é propor ao aluno o uso fluente do outro idioma na escrita, na língua oralizada, na interpretação textual de forma a ser dialogada e compreendida pelos alunos.

Desde a Constituição de 1988, os povos indígenas têm direito a uma educação escolar intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. Isso quer dizer que a caracterização da educação escolar indígena está inserida no sistema nacional de ensino, mas respeita a diversidade e as especificidades das culturas dos povos nativos, abrindo espaço para:

1. O ensino nas línguas indígenas além do português;
2. Um calendário escolar adaptado às atividades rituais e cotidianas de cada contexto;
3. A transmissão de conhecimentos tradicionais dentro da escola;
4. A participação da comunidade nas decisões dos objetivos da escola.

De acordo com Mello (2010), os modelos de ensino bilíngue são definidos principalmente em relação aos objetivos, às características dos alunos participantes, à distribuição do tempo de instrução nas línguas envolvidas, às abordagens e às práticas pedagógicas, sendo divididos em de submersão (ou imersão estrutura), segregacionista (ou segregação forçada), transicional, programa de manutenção e programa de imersão.

Observa-se que no primeiro modelo, seja ela de submersão ou imersão da estrutura, os alunos, representados por populações multiétnicas, se tornam bilíngues à medida que usam na escola uma língua diferente daquela que é falada regularmente em casa. O segregacionista é o modelo no qual se incorpora algum suporte linguístico ou acadêmico da língua materna (L1) para as crianças que não falam a língua portuguesa da escola.

Quando questionado: O que falta para a escola bilíngüe ser implementada na sua região?

Quadro 5: O que falta para a escola bilingue ser implementada na sua região? **Fonte:** Professores da EMEF “Waro Oribu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-Pa.

Professor	Respostas
P1	No meu ponto de vista é a falta de professores especializados em ministrar dois idiomas.
P2	Nesse tipo de escola o professor precisa de apoio por partes dos governantes para dar suporte e formação continuada aos professores.
P3	Falta a visita de coordenadores responsáveis pela educação pública, um técnico pedagógico, recursos pedagógicos, diários de classes, capacitação profissional.
P4	A escola pode utilizar seus próprios métodos e valorizar de forma que se possa resgatar os valores dos povos nativos e realizar pesquisas sobre sustentabilidade ensinando os alunos a viverem em sociedade sem serem roubados, enrolados e respeitados.

De acordo com os entrevistados a falta de implementação nas escolas bilíngüe impossibilita ter professores especializados para ministrar os dois idiomas, capacitação de formação continuada aos professores, suporte técnico educacional, recursos pedagógicos, diários de classes on-line e buscar meios para resgatar os valores culturais dos povos nativos.

Em linhas gerais, podemos afirmar que a escola é considerada bilíngüe quando adota, em seu Regimento Escolar e, principalmente, em sua Proposta Pedagógica uma segunda língua como meio de desenvolvimento de competências. Ou seja, além do uso da língua materna, o aprendizado é complementado em outra língua.

O ensino bilíngüe é caracterizado pela integração de um segundo idioma, além da língua nativa, a toda a grade curricular da instituição. Assim, em vez de ser trabalhado como um conteúdo com uma finalidade específica, o segundo idioma torna-se o meio pelo qual a instrução acontece. Quando perguntado aos entrevistados: Como fazer a alfabetização bilingue dos alunos indígenas?

Quadro 6: Como fazer a alfabetização bilingue dos alunos indígenas? **Fonte:** Professores da EMEF “Waro Oribu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-Pa.

Professor	Respostas
P1	O aluno indígena é alfabetizado simultaneamente na língua materna e no português, o qual eles ainda estão no processo de aprendizado.
P2	A alfabetização bilingue será feita nas leituras e escritas uma vez que não se pode perder a sua cultura, pois a língua é sua identidade.
P3	Alfabetizar os alunos em duas línguas requer materiais que possam servir de ferramentas para auxiliar o processo de ensino aprendizado, não é fácil, mais dar certo.
P4	O professor pode ensinar nas duas línguas para que o aluno assimile as duas formas, tanto a sua língua materna quanto a língua portuguesa.

De acordo com os entrevistados a alfabetização bilíngue dos alunos indígenas acontece de forma simultânea na língua materna e na língua portuguesa, pois estão em fase de aprendizado, para alfabetizar se faz necessário a utilização de recursos didáticos que possa auxiliar o processo de ensino- aprendizado do aluno indígena.

Os que concordam com o uso da língua indígena inicialmente na alfabetização, como recurso para o aprendizado da técnica da escrita visando, em última análise, a facilitar o aprendizado do português, defendem a alfabetização em língua indígena como recurso de revitalização da cultura própria do grupo.

A justificativa da alfabetização na língua indígena como um mecanismo significativo de reforço e coesão étnica, de valorização da cultura indígena, repousa nas afirmações do tipo: “é importante para o índio ver que sua língua vale tanto quanto a do branco” ou a “língua indígena escrita está mais próxima da estrutura do pensamento indígena, e assim é capaz de melhor reproduzir os mitos, a sua cultura”. (LADEIRA, 1981, p. 171).

Em relação à concretização da alfabetização bilíngue, os problemas principais estão relacionados à escassez de pesquisa científica sobre a língua indígena, a quase impossibilidade de acompanhamento do trabalho concreto pelos poucos linguistas do país e, pela resistência dos próprios índios. Já, em relação à alfabetização em português, têm-se dúvidas de qual português ensinar: o culto, o falado ou o regional. Reconhece-se que definir em que língua se vai alfabetizar é um problema que exige análise da situação lingüística e das necessidades objetivas decorrentes do tipo de contato vivido, e do grau de aculturação do grupo, além de exigir a efetiva participação da comunidade no processo de escolha da língua.

De acordo com Grizzi e Silva (1981), Muitos índios que frequentaram a escola “nacional”, com o ensino em português, são aparentemente alfabetizados: copiam textos, escrevem algumas palavras, mas não são capazes de ler, nem de se expressar através da escrita; isso acontece em grande parte pelo fato de não dominarem o português.

Alfabetizar não é ensinar a escrita de umas poucas palavras do português conhecido. Só se pode falar que uma pessoa está alfabetizada quando ela é capaz de se expressar através do código escrito. E o processo de alfabetização será muito mais eficaz quando feito na língua materna e não numa segunda língua, ou uma língua desconhecida.

Considerando-se os problemas advindos da alfabetização em língua portuguesa, a língua indígena deverá ser a língua de instrução oral do currículo para a escola indígena, só assim eles poderão de fato fazer uso de uma educação bilíngue.

Ao indagar os entrevistados sobre: Quais as maiores dificuldades da Educação Bilíngue?

Quadro 7: Quais as maiores dificuldades da educação bilíngüe? **Fonte:** Professores da EMEF “Waró Orebu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-Pa.

Professor	Respostas
P1	Uma das dificuldades é encontrar professor a altura desse tipo de atuação, eles precisam ministrar diversos conteúdo.
P2	Um dos desafios é a localização de profissionais capacitados para trabalhar com a educação bilíngue de forma que possa alfabetizar o aluno indígena.
P3	Na escola onde atuo um dos principais desafios é a disciplina de português trabalhar a leitura, eles não estão alfabetizados dificulta, os alunos em series finais e não sabem ler.
P4	A dificuldade se baseia na compreensão dos alunos em sala de aula, uma vez que a família precisa ajudar nas atividades e principalmente em educar seus filhos, mas os pais não são alfabetizados, ou seja, dificulta o processo.

Segundo os entrevistados, eles enfatizaram que os maiores desafios é encontrar professores qualificados para atuarem em todos os campos de atuação e que possa alfabetizar o aluno indígena, o processo de leitura e escrita e a participação da família para retomar os estudos, pois muitos não são alfabetizados e dificulta na hora de ensinar seus filhos em suas tarefas de casa.

Uma das maiores dificuldades para a efetivação da educação bilíngue no Brasil está na elaboração do currículo pedagógico. Como o ensino-aprendizagem da segunda língua não ocorre de forma isolada, pode haver uma dificuldade para fazer a integração entre a língua materna e o segundo idioma que a escola quer ensinar, a localização de profissionais capacitados e à altura desse tipo de atuação em sala de aula, criação cultural e o Processo de implementação nas aldeias.

Os desafios que uma escolha bilíngue precisa passar para conseguir seguir em frente e transformar o ensino com mais de uma língua, são grandes e vastos. Porém, quando tudo ocorre de forma adequada e bem estruturada, os resultados são os melhores possíveis. É muito vantajoso ofertar aos alunos essa possibilidade de aprendizagem na língua materna para a língua portuguesa, principalmente porque quando isso é feito, é feito desde as séries iniciais na escola. Como resultado, os alunos têm grandes ganhos, pois o cérebro ainda está em processos

iniciais de desenvolvimentos e tem mais capacidade de absorver aprendizados e maiores níveis de informações.

Quadro 8: Quais as possíveis vantagem e desvantagem do bilinguismo para o ensino, aprendizagem dos alunos indígenas? **Fonte:** Professores da EMEF “Waró Orebu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-Pa.

Professor	Respostas
P1	Quanto mais cedo a criança ter contato com a segunda língua ela tem facilidade para absorver conhecimentos a desvantagem que é um processo difícil para o cérebro.
P2	A vantagem é aprender dois idiomas e a desvantagem é o trabalho pesado em ser bilingue para o cérebro.
P3	Vantagem alunos indígenas aprender as duas línguas, desvantagem governo federais disponibilizam materiais e recursos, porém não tem profissionais capacitados para trabalhar o bilinguismo.
P4	Vantagem está quando somente um professor ensina , pois ele consegue identificar e acompanhar o processo do aluno, já as desvantagens muitos professores de que forma acontece o acompanhamento do aluno e suas necessidades.

De acordo com os entrevistados as vantagens do bilingüismo esta associado ao quanto mais cedo ele aprender dois idiomas e se tornar bilingue melhor será para ele, e o processo metodológico do professor ao identificar as dificuldades apresentadas pelos alunos nesse processo de aprendizado.

Já as principais desvantagens de ser bilíngüe é que ele realmente é um trabalho pesado para o cérebro, pois aluno precisa aprender as duas línguas, quando a secretária de educação não disponibiliza os recursos pedagógicos para auxiliar nas atividades propostas em cada componente curricular, professores que não estão capacitados para atender essa demanda. De acordo com essas vantagens e desvantagem é enfático que o foco é o aluno, daí a necessidade da comunidade, a própria escola e os pais dos alunos buscarem e lutar pelos direitos dos seus filhos, pois a escola é de todos.

3.5 PROPOSTAS DE INTERVENÇÕES

De acordo com as problemáticas apontadas e com os resultados da pesquisa, foi necessário sugerir algumas alternativas que contribuíssem para os desafios evidenciados da alfabetização de alunos indígenas na educação escolar bilíngüe.

- Trabalhar todos os conteúdos na língua nativa dos alunos indígenas e aplicar a língua portuguesa em momentos específicos das aulas, com leitura e escrita da língua,

- Promover capacitação e formação continuada aos Professores da Referida escola;
- Promover reuniões com pais e membros da comunidade, a fim de lutar por melhorias no ensino dos alunos indígenas,
- Elucidar um projeto de alfabetização aos pais e responsáveis dos alunos que não sabem ler e escrever.

Sendo assim, a educação indígena está ligada ao contexto de valorização das particularidades da identidade cultural de cada etnia. Um dos pontos essenciais dessa proposta de educação é a interculturalidade, ou seja, o trânsito entre diferenças e territórios identitários.

CONCLUSÃO

Este trabalho de conclusão de curso abordou uma análise dos Desafios da Alfabetização na Educação Bilíngue tendo em vista que a história da Educação Escolar Indígena no Brasil está ligada à chegada dos europeus, que durante séculos caracterizou-se pela imposição da cultura ocidental aclamada superior, em detrimento dos saberes indígenas, tidos como sinônimo de atraso e ignorância e que deveriam ser superados.

A proposta de uma Educação Escolar Indígena de qualidade intercultural, específica, diferenciada, bilíngue e multilíngue pressupõe que os próprios índios e suas respectivas comunidades estejam à frente como professores e gestores da prática escolar. Para que a escola indígena seja autônoma é fundamental desenvolver práticas de formação docente considerando cenários de diversidade sociocultural.

O ensino bilíngue é o fundamento do projeto de uma educação intercultural, mas enfrenta, no decorrer da história, muitas dificuldades evidenciado como o despreparo dos profissionais para a sua realização, o fato da maioria dos professores não serem indígenas e, portanto, desconheciam completamente a língua falada por seus alunos, o fato da língua indígena sempre ter sido vista como inferior, como expressão de primitivismo, e, também falta de material adequado ao bilinguismo.

A educação escolar indígena é diferenciada, e fundamental nas aldeias para o atendimento dos alunos que frequentavam os diferentes níveis de ensino, como a educação Infantil e Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 9º ano. Nessas escolas, contam com professores indígenas e não indígenas encaminhados pelas secretarias de educação. Por meio das escolas, o ensino da temática indígena designa o estudo de aspectos culturais nas salas de aulas, onde é realizada sobre tudo pelos professores indígenas e não indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AZEVEDO, Marta Maria. **Limites e possibilidades de autonomia de escolas indígenas** In D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda (orgs). Leituras e escrita em escolas indígenas. Campinas, SP: ALB: Mercado de Letras, 2005 (Coleção Leituras do Brasil).

BRASIL. **Referencial Curricular para as Escolas Indígenas**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Cadernos SECAD 3. Brasília: MEC/SECAD, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoindigena.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil** – Presidente da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em . Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

BRASIL. LEI FEDERAL Nº 9.394/96 – **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** – LDBEN, 1996. Disponível em. Acesso em: 23 abr. 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 09/06/2022.

BRASIL. RESOLUÇÃO CEB Nº 3, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 - **Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de novembro de 1999. Seção 1, p. 19.

BORGES, Paulo Humberto Porto. **“Para Lembrar do Nosso Povo. Escolarização e Historicidade Guarani Mbya no Jardim das Flores**. Faculdade de Educação. UNICAMP. Campinas. SP. Mimeo. 1997

CALHÁU, Socorro. **Existe mesmo uma educação para o povo?** In: _____; COSTA, Renato Pontes. “... e uma educação pra o povo, tem?”. Rio de Janeiro: Caetés, 2010.

CAVALCANTE, P. I. L. **Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia** 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a03.pdf>> Acessado em: 08/02/2022.

CATAFESTO, J. O. **Mobilização indígena, direitos originários e cidadania tutelada no sul do Brasil depois de 1988**. In FONSECA, C.; Jr. TERTO, V.; ALVES, C. F. (org) **Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos: diálogos interdisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

CHIODI, Francesco. **“Los Problemas de La EducaciónBilíngüe Intercultural enel Área de Lenguaje”**. In: KUPER, Wolfgang. (Comp.) **“Pedagogia Intercultural Bilíngüe. Fundamentos de La EducaciónBilíngüe”**. Abya-Yala. Quito. Equador. 1993

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **“Kaingang: Questões de Língua e Identidade.” Texto apresentado no Curso-Encontro para Professores Indígenas**. Passo Fundo: SEERS. Mimeo. out. 1996

_____, **“Relatório do I Encontro Nacional de Educadores Indígenas Guarani”** CGAEI/MEC. Aldeia Sapukai. Angra dos Reis. RJ. Mimeo. Fev/2000

_____, **“Relatório Curso de Formação de Educadores Kaingang”**. Aldeia de Votouro. RS. CGAEI/MEC Mimeo. 2001

_____, NOBRE, Domingos & VASCONCELLOS, Vera. **“Childhood & Indian´s School: A Brief Look at the Intercultural and Bilingual School for a Guarani Mbya Community in the State of Rio de Janeiro”**. 2005

_____, **“Como Nasce e Por Onde Se Desenvolve Uma Tradição Escrita Em Sociedades de Tradição Oral?”** Editora Curt Nimuendaju. Campinas. SP. 2007

FINO, C. N. **Inovação Pedagógica: Significado e Campo (de investigação)** in Alice Mendonça & Antônio V. Bento (Org). **Educação em Tempo de Mudança**. Funchal: Grafimadeira, 2008, pp 277-287.

FINO, C. N. **Investigação e inovação (em educação). V Colóquio CIE-Uma Pesquisar para mudar (a educação)**. Pesquisar para mudar (a educação). 2010.

FUNAI. **Fundação nacional do índio**. Disponível em: . Acesso em: 12 abr. 2022.

GRUPIONI, L. D. B. **Os povos Indígenas e a escola diferenciada**: Comentários sobre alguns instrumentos jurídicos internacionais. In: GRUPIONI, L. D. B., VIDAL, L. B.; FISCHMANN, R. (Orgs.) **Povos Indígenas e Tolerância: Construindo Práticas de Respeito e Solidariedade**. São Paulo: Edusp e Unesco, 2003. P. 87-97.

GRIZZI, D. C. S.; SILVA, A. L. da. **A Filosofia e a Pedagogia da Educação Indígena: um resumo dos debates**. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **A Questão da Educação Indígena**. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LADEIRA, M. E. **Sobre a língua da alfabetização indígena**. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **A Questão da Educação Indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUCIANO, Gersem. 2013. **Educação para manejo e domesticação do mundo – entre a escola ideal e a escola real: Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro**. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília

MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva. " **ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS: A Temática Indígena e o Trabalho em Sala de Aula**". Biblioteca Virtual do Estudante, Brasília, 1998

MACENA, João Marcelo de Oliveira. "**Isso é coisa de vocês**": os índios Canela e a escola. 139 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MAHER, Terezinha Machado. **Formação de Professores Indígenas: uma discussão introdutória**. In: GRUPIONI, Luiz Donizete Benzi (org.). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 11-38.

MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

MELLO, Flávia. **Comunicação apresentada no Ciclo de Discussão sobre Experiências e Pesquisas a respeito da Educação e Infância Indígena**, Projeto Educação e Infância Indígenas, NEPI/UFSC, 2010.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. "**Política e Planejamento Lingüístico nas Sociedades Indígenas do Brasil hoje: o Espaço e o Futuro das Línguas Indígenas**". In: VEIGA, Juracilda & SALANOVA, Andrés. (Orgs.) "Questões de Educação Escolar Indígena: da Formação ao Projeto de Escola".

MUKHINA, Valeria. **Psicologia na idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PADILHA, R. P. **Projeto político pedagógico**. Revista Pátio, nº 25, fevereiro 2003 a abril 2003.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Currículo e diversidade cultural**. In: Tomaz Tadeu da Silva e Antônio Flávio Moreira (orgs.). Territórios Contestados: O currículo e os novos mapas culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

SÁNCHEZ, Sebastián. **História da educação no Brasil**. Campina Grande, 2016.

SANTOS, Katia Costa dos. **Construção multicultural: reflexões sobre políticas alternativas para o ensino de língua estrangeira**. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São, São Paulo, 2004.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola**. 2.ed. São Paulo: Global, 2001

TARDIF, M e LESSARD, C. Orgs. **Saberes docente e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TURKLE, S. **O Segundo Eu: os computadores e o espírito humano.** Lisboa: Editorial Presença, 1989.

THURLER, G. M: PERRENOUD, P. **A Escola e a Mudança.** Lisboa: Escolar Editora, 1994.

ANEXO



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA-CESUPI
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

Este questionário tem como finalidade contribuir para o trabalho de conclusão de curso-TCC, intitulado **“DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE: Análises de professores da EMEF “Waró Orebu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-PA.**

Acadêmico: THIAGO KORAP MUNDURUKU

Orientadora: Professora Esp. Edilane da Silva Melo

QUESTIONÁRIO

Dados do perfil dos participantes

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____ anos.

Quanto tempo trabalha na educação: _____

Possui Especialização? _____

Qual? _____

1. O que é bilinguismo?

2. Qual a importância da Educação bilíngue?

3. De que forma a educação bilingue deve ser transmitido aos alunos indígenas?

4. Quais as principais características da Educação bilingue?

5. O que falta para a escola bilingue ser implementada na sua Região?

6. Como fazer a alfabetização bilingue dos alunos indígenas?

7. Quais as maiores dificuldades da Educação bilingue?

8. Quais as possíveis vantagens e desvantagens do bilinguismo para o ensino, aprendizagem dos alunos indígenas?

Munduruku, Thiago Korap. DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BILLÍNGUE: Análises de professores da EMEF “Waró Orebu” na Aldeia Biriba, Município de Jacareacanga-PA. Thiago Korap Munduruku. Itaituba: FAI, 2022.

58 Fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba, 2022.

Orientadora: Edilane da Silva Melo, Esp.

1. Educação Bilingue. 2. Pedagogia 3. Educação. Edilane da Silva Melo. II. Faculdade de Itaituba, BR – PA, 2022.